
BOCOM BBM
Corretora de
Câmbio e Valores
Mobiliários S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
BOCOM BBM Corretora de Câmbio e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BOCOM BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BOCOM BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,



BOCOM BBM Corretora de Câmbio e
Valores Mobiliários S.A.

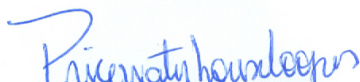
mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial

	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		11.283	12.077
Disponibilidades	3 e 8	61	101
Depósitos Bancários		61	101
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3, 4 e 8	9.714	11.071
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		9.714	11.071
Títulos e Valores Mobiliários	6	35	-
Vinculados a Prestação de Garantias		35	-
Outros Créditos	5	1.473	905
Diversos		1.473	905
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		3.977	1.901
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.203	-
Vinculados a Prestação de Garantias		2.203	-
Outros Créditos	5	1.774	1.901
Diversos		1.774	1.901
Permanente		26	-
Investimentos		-	-
Outros Investimentos		819	819
Provisão para Perdas		(819)	(819)
Imobilizado de Uso		26	-
Móveis e equipamentos		27	-
(-) Depreciação Móveis e Equipamentos		(1)	-
Total do Ativo		15.286	13.978

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial

	Nota Explicativa	Em R\$ Mil	
		31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante		2.321	2.055
Outras Obrigações	5	2.321	2.055
Sociais e Estatutárias		721	659
Fiscais e Previdenciárias		784	670
Diversas		816	726
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo		738	376
Outras Obrigações	5	738	376
Sociais e Estatutárias		556	333
Fiscais e Previdenciárias		43	43
Diversas		139	-
Patrimônio Líquido	7	12.227	11.547
Capital		8.755	8.755
De Domiciliados no País		8.755	8.755
Reservas de Lucros		3.472	2.792
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.286	13.978

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota Explicativa	Em R\$ Mil		
		2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira		102	290	606
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		14	35	-
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de liquidez	8	88	255	606
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		102	290	606
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		1.740	2.286	1.863
Receitas de Prestação de Serviços	12	4.154	6.911	4.618
Despesas Administrativas	13	(2.133)	(4.171)	(2.312)
Despesas Tributárias		(282)	(489)	(424)
Outras Receitas Operacionais	14	2	40	25
Outras Despesas Operacionais	14	-	(4)	(44)
Outras Despesas Administrativas		(1)	(1)	-
Resultado Operacional		1.842	2.576	2.469
Resultado Não Operacional				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		1.842	2.576	2.469
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	(675)	(885)	(761)
Provisão para Imposto de Renda		(314)	(437)	(386)
Provisão para Contribuição Social		(171)	(221)	(204)
Ativo Fiscal Diferido		(190)	(227)	(171)
Participações de Empregados e Gratificações de Administradores sobre o Lucro		(328)	(800)	(1.008)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		839	891	700
Lucro por Ação (em R\$)		6,59	7,00	5,50

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Semestre Semestre/Exercício	839	891	700
Resultados Abrangentes no Semestre/Exercício	839	891	700

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Em R\$ Mil				Total
	Capital	Reservas de Lucros		Lucros/ Prejuízos Acumulados	
		Legal	Estatutária		
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019					
Saldos em 1º de janeiro de 2019	8.755	166	2.092	-	11.013
Lucro Líquido do Exercício				700	700
Destinações:					
- Dividendos propostos			(166)		(166)
- Reservas		35	665	(700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.755	201	2.591		11.547
Mutações do Exercício		35	499		534
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	8.755	201	2.591	-	11.547
Lucro Líquido do Exercício				891	891
Destinações:					
- Dividendos propostos			(211)		(211)
- Reservas		45	846	(891)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.755	246	3.226		12.227
Mutações do Exercício		45	635		680
Semestre Findo em 31 de dezembro de 2020					
Saldos em 1º de julho de 2020	8.755	204	2.640	-	11.599
Lucro Líquido do Semestre				839	839
Destinações:					
- Dividendos propostos			(211)		(211)
- Reservas		42	797	(839)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.755	246	3.226		12.227
Mutações do Semestre		42	586		628

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	839	891	700
Ajustes ao Lucro Líquido	195	235	178
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4	7	7
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	190	227	171
Depreciações e Amortizações	1	1	-
Lucro Líquido Ajustado	1.034	1.126	878
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(14)	(2.238)	-
IR e CSLL pagos no exercício	(234)	(361)	(265)
(Aumento)/ Redução em Outros Créditos	(547)	(668)	667
(Redução) em Outras Obrigações	871	771	(6)
(Aumento) em Outros Valores e Bens	54	-	-
Caixa Líquido aplicado nas Atividades Operacionais	130	(2.496)	396
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(27)	(27)	-
Dividendos Pagos no exercício	-	-	(698)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(27)	(27)	(698)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.137	(1.397)	576
Início do Semestre/Exercício	8.638	11.172	10.596
Fim do Semestre/Exercício	9.775	9.775	11.172
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.137	(1.397)	576
Transações não-monetárias			
Dividendos deliberados e não pagos	(211)	(211)	(166)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

1 Contexto Operacional

A BOCOM BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), integra o Grupo Financeiro Banco BOCOM BBM, sendo subsidiária integral do Banco BOCOM BBM S.A. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a coparticipação ou intermediação de instituições associadas integrantes do Grupo Financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns é absorvido, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira considerando as alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A elaboração dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: realização de ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais, cíveis e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A partir de maio de 2020, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da corretora. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Com base na da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

A Administração avaliou a habilidade da Corretora em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

(a) Resultado das Operações

É apurado pelo regime de competência e inclui as corretagens sobre operações em bolsas de valores reconhecidas por ocasião da realização das operações e rendas de prestação de serviços.

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser apresentados de forma segregada.

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido Recorrente	840	892	700
Eventos Extraordinários	(1)	(1)	-
Multas	(1)	(1)	-
Lucro Líquido	839	891	700

(b) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Títulos e Valores Mobiliários são classificados, de acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- I- Títulos para Negociação;
- II- Títulos Disponíveis para Venda;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

2 Principais Práticas Contábeis (Continuação)

(b) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

III- Títulos Mantidos até o Vencimento;

Os Títulos classificados nas categorias I e II são ajustados pelo seu valor de mercado, sendo o ajuste dos primeiros contabilizado diretamente ao resultado e o ajuste dos segundos contabilizado em conta específica do patrimônio, líquido dos efeitos tributários. Os Títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos, de acordo com a Circular 3.082/02 do BACEN, são ajustados ao valor de mercado.

(c) Ativos Circulante e Não Circulante

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisão para perdas. Os saldos com vencimento em até 12 meses estão classificados no ativo circulante.

As operações de negociação e intermediação de valores são demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos, realizadas junto às Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

O ativo permanente é demonstrado ao custo, deduzido de provisões para perdas consideradas permanentes.

(d) Passivos Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. Os saldos com vencimento em até 12 meses estão classificados no passivo circulante.

(e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e 3.355 de 31 de março de 2006 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota esperada para o Imposto de Renda de 25% e para a Contribuição Social de 15%.

Em outubro de 2015 foi promulgada a lei nº 13.169, que trata da conversão da Medida Provisória nº 675 em lei, que alterou a alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL das Instituições financeiras de 15% para 20%. Esse aumento de alíquota entrou em vigor, de acordo com a Medida Provisória, a partir de setembro de 2015 e permaneceu em vigor até dezembro de 2018.

(f) Lucro por Ação

Calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

(g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC 01, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/08, com base na análise anual (no mínimo) da administração, se o valor contábil dos ativos da Corretora exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado.

(h) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

2 Principais Práticas Contábeis (Continuação)

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com o CPC 25, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.823/09 e pela circular nº 3.429/09. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas – Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

(j) Caixa e equivalente de Caixa

São representadas por disponibilidades em caixa e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(k) Permanente

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas pelo método de equivalência patrimonial;
- Depreciação do imobilizado de uso e de arrendamento (móveis, utensílios, máquinas e equipamentos) calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que refletem a vida útil-econômica dos bens (10%).

3 Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o saldo de disponibilidades era composto basicamente por depósito bancário e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme abaixo:

	Em R\$ Mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Depósitos Bancários - Banco BOCOM BBM	61	101
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.714	11.071
	9.775	11.172

4 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez em 31 de dezembro de 2020 referem-se a aplicações em certificados de depósitos interbancários do Banco BOCOM BBM S.A., no montante de R\$ 9.714 mil, com vencimento em 2021, sendo passíveis de liquidações diárias, sem perda substancial de valor. Em 31 de dezembro de 2019 o montante era de R\$ 11.071 com vencimento em 2020.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

5 Outros Créditos/Outras Obrigações

	Em R\$ Mil			
	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Diversos				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.578	1.805	-	-
Rendas a Receber	1.042	492	-	-
Impostos a Compensar	472	369	-	-
Depósito Judicial	140	138	-	-
Outros *	15	2	955	726
	3.247	2.806	955	726
Circulante	1.473	905	816	726
Realizável/Exigível a Longo Prazo	1.774	1.901	139	-
	3.247	2.806	955	726

* No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, outras obrigações refere-se principalmente a participações nos lucros e resultados.

	Em R\$ Mil	
	Outras Obrigações	
	31/12/2020	31/12/2019
Sociais e Estatutárias		
Gratificações e Participações a Pagar	900	826
Dividendos propostos *	377	166
	1.277	992
Circulante	721	659
Realizável/Exigível a Longo Prazo	556	333
	1.277	992

* O montante apresentado refere-se a destinação dos dividendos dos exercícios de 2020 e 2019.

	Em R\$ Mil	
	Outras Obrigações	
	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais e Previdenciárias		
Provisão p/ Impostos e Contribuições s/ Lucro	659	602
Impostos e Contribuições a Recolher	126	68
Outras	42	43
	827	713
Circulante	784	670
Exigível a Longo Prazo	43	43
	827	713

6 Títulos e Valores Mobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$2.238 refere-se à cotas do fundo de liquidez da B3 vinculados a prestação de garantias.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

7 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social é de R\$ 8.755 mil, dividido em 127.374 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 63.687 ações ordinárias e 63.687 ações preferenciais.

b) Reserva Legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.

c) Reserva Estatutária

De acordo com o estatuto social, é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado em cada período, após as destinações legais.

d) Dividendos

	Em R\$ Mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício - Banco BBM S.A.	891	700
(-) Reserva Legal	(45)	(35)
Base de cálculo	846	665
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
	211	166

8 Transações Relevantes com Partes Relacionadas

a) As transações com partes relacionadas foram compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Em R\$ Mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Disponibilidades - Banco BOCOM BBM	61	101
Aplicações em depósitos Interfinanceiros - Banco BOCOM BBM	9.714	11.071
Passivo		
Outras Obrigações		
Dividendos propostos - Banco BOCOM BBM	211	166
Diversos - Banco BOCOM BBM	13	15

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado			
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Banco BOCOM BBM	88	255	606
Despesas Administrativas - Banco BOCOM BBM	(75)	(150)	(150)

As operações entre partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

b) A remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração total será calculada da seguinte forma:

I) Remuneração Fixa e Variável

A remuneração total dos Participantes será composta de parcela fixa e de parcela variável semestralmente. A remuneração variável dos participantes será paga da seguinte forma:

8 Transações Relevantes com Partes Relacionadas (Continuação)

(a) O valor equivalente a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável será pago em dinheiro, imediatamente disponível para o Participante ("Remuneração Curto Prazo"); e

(b) O valor equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável será diferido para pagamento no prazo de 3 (três) anos, observado o disposto abaixo ("Remuneração Diferida" e, em conjunto com "Remuneração Curto Prazo", "Remuneração Variável");

Os montantes mínimos e máximos da Remuneração Variável dos Participantes serão fixados pelo Conselho de Administração do Banco BOCOM BBM.

II) Remuneração Diferida

O pagamento da Remuneração Diferida será feito de forma escalonada a cada semestre em parcelas proporcionais ao período de diferimento ("Parcelas da Remuneração Diferida"), devendo todas as parcelas diferidas serem corrigidas pelo CDI.

	Em R\$ Mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Estatutárias	899	803
Remuneração Variável administradores – Curto Prazo	232	403
Remuneração Variável Diferida administradores – Longo Prazo	667	400

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado	(724)	(1.593)	(869)
Remuneração Fixa	(396)	(793)	(66)
Remuneração Variável	(328)	(800)	(803)

9 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a Corretora não possuía e não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

10 Provisões e passivos por obrigação legal

A Corretora é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base em liminar obtida, a BOCOM BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. assegurou a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários do PIS/Pasep e da COFINS que forem apurados, com a incidência do ISS em suas bases de cálculo, bem assim sua respectiva escrituração para oportuna e futura compensação, em sendo o caso, com a respectiva dedutibilidade do ISS das bases de cálculo das referidas contribuições. Com base na referida liminar, a BOCOM BBM Corretora de Valores Mobiliários S.A. passou a recolher, a partir de novembro de 2018, PIS/Pasep e COFINS desconsiderando o imposto municipal em suas respectivas bases de cálculo, tendo sido constituído passivo para o saldo remanescente até dezembro de 2020, incluído na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no Passivo Circulante, conforme se segue:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

	Em R\$ Mil	
	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	14	8
Total – Passivos por Obrigação legal	14	8

11 Imposto de Renda e Contribuição Social

A conta "Outros Créditos – Diversos", no Ativo não circulante, inclui créditos tributários e base negativa no valor de R\$ 1.578 mil (31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.805 mil) sendo, R\$ 293 mil oriundos de diferenças temporárias (31 de dezembro de 2019 - R\$ 226 mil), R\$ 777 mil de prejuízo fiscal (31 de dezembro de 2019 - R\$ 975 mil) e R\$ 509 mil de base negativa da CSLL (31 de dezembro de 2019 - R\$ 604 mil). A expectativa é que a realização destes créditos tributários ocorra até o ano de 2025, conforme prazo estipulado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) Nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e nº 3.355 de 31 de março de 2006.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como segue:

	Em R\$ Mil			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.776	1.776	1.461	1.461
Lucro Líquido (Prejuízo)	891	891	700	700
(-/+ Imposto de Renda e Contribuição Social)	(885)	(885)	(761)	(761)
Alíquota Fiscal	25%	15%	25%	15%
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Pela alíquota fiscal	(444)	(266)	(365)	(219)
Adições / Exclusões Permanentes	800	-	803	-
Adições / Exclusões Temporárias	65	331	124	524
Base Fiscal	2.641	2.107	2.388	1.985
Aproveitamento Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(792)	(632)	(716)	(596)
Base Fiscal com aproveitamento de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	1.849	1.475	1.672	1.389
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(437)	(221)	(394)	(208)
Aproveitamento de Incentivos Fiscais e Impostos de Controladas no Exterior	-	-	7	4
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	(437)	(221)	(386)	(204)

12 Receitas de Prestação de Serviços

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de Prestação de Serviços	4.137	6.822	3.723
Rendas de Gestão de Fundos de Investimentos	17	89	44
Rendas de Corretagem de Operações em Bolsas	-	-	839
Rendas de Serviços de Distribuição	-	-	12
Rendas de Serviços de Custódia	-	-	-
Total	4.154	6.911	4.618

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020
13 Despesas Administrativas

	Em R\$ Mil		
	2º Semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal *	(1.777)	(3.468)	(1.476)
Processamento de Dados	(122)	(222)	(221)
Serviços Técnicos Especializados	(88)	(175)	(174)
Publicações	(41)	(95)	(137)
Serviços do Sistema Financeiro	(49)	(89)	(99)
Viagem	-	(2)	(25)
Serviços Cartorários	(1)	(2)	(14)
Serviços de Terceiros	(8)	(8)	(35)
Outras Despesas Administrativas	(47)	(110)	(131)
	(2.133)	(4.171)	(2.312)

13 Despesas Administrativas (Continuação)

* O incremento significativo no exercício de 2020 refere-se principalmente, ao aumento das despesas com honorários da diretoria, despesas com previdência social e participações nos lucros e resultados, devido ao aumento do quadro de diretores em Dezembro de 2019.

14 Outras Receitas e Despesas operacionais

Refere-se principalmente a baixa de passivos de períodos anteriores os quais não existe mais expectativa de pagamento.

15 Gerenciamentos de riscos

O gerenciamento de risco da BOCOM BBM Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é efetuado dentro dos mesmos padrões do seu controlador, Banco BOCOM BBM S.A.

O Banco BOCOM BBM foi um dos pioneiros na quantificação do risco de mercado no Brasil, tendo desenvolvido já em 1997 um sistema proprietário que acabou se tornando referência na indústria. A estrutura para gerenciamento de risco de mercado é constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções: a) Comitê Executivo, responsável por revisar as políticas de gerenciamento de risco, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, no mínimo uma vez ao ano; b) Conselho de Administração, responsável por aprovar as políticas de risco, no mínimo uma vez ao ano; c) área de Risco de Mercado, subordinada ao Diretor de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar on-line ao Comitê Executivo o risco de mercado da instituição, garantindo o efetivo cumprimento da política de gerenciamento de risco de mercado, bem como assegurar que os limites operacionais sejam observados; d) área de Preços, que, entre outras funções, define os modelos e as fontes de preços utilizados na marcação a mercado dos produtos operados, de forma independente das áreas de gestão; e) Auditoria Interna, responsável por garantir a adequação dos procedimentos e a consistência entre as políticas de gerenciamento de risco de mercado e a estrutura efetivamente implementada.

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mede a perda potencial da Instituição com determinado nível de confiança, para um certo horizonte de investimento. É estipulado um limite de VaR que pode ser alocado pelo Diretor de Tesouraria entre os diversos fatores de risco. O modelo de cálculo do VaR é submetido a testes periódicos de avaliação retroativa (backtesting). Adicionalmente, realiza-se diariamente a análise de cenários, que são definidos trimestralmente pelo Comitê de Risco, de forma independente das áreas de gestão. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site do Banco BOCOM BBM (www.bocombbm.com.br).

Risco de Mercado significa o risco oriundo das oscilações dos valores de ativos e derivativos provenientes de variações em preços e taxas de mercado, como juros, ações, moedas e commodities. O controle de Risco de Mercado é baseado no cálculo do VaR – Value at Risk, uma ferramenta estatística que mede a perda potencial máxima para um dado nível de confiança e horizonte de investimento. O limite de VaR diário do BOCOM BBM calculado com 95% de confiança é de 2% do Patrimônio Líquido. O modelo utilizado para cálculo do limite de VaR é o paramétrico. A matriz de variância-covariância é reestimada diariamente utilizando modelos GARCH. Este modelo captura a presença de agrupamentos de volatilidade e, de acordo com os parâmetros estimados diariamente, dá maior peso ao passado mais recente. Cabe observar que outros modelos de cálculo de VaR estão disponíveis como, por exemplo, Simulação de Monte Carlo e Simulação Histórica. A eficácia do modelo de risco é testada anualmente através do back-testing, que consiste em comparar as estimativas de VaR com os resultados diários efetivamente verificados.

*VaR = Perda potencial máxima, dados o nível de confiança e o horizonte de investimento. No caso da Corretora, o limite é estabelecido baseado em uma probabilidade de 95% de a Corretora perder no máximo 2% do patrimônio em 1 dia.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Data referência	VaR (em R\$ MM)
31/12/2020	-
30/06/2020	-
31/12/2019	-
28/06/2019	-

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio sob gestão da Corretora é de R\$ 5.117.743 mil (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.885.251 mil).

16 Outras Informações

Impactos Covid-19

O segundo semestre de 2020 foi marcado pelo início da recuperação econômica global, seguindo a flexibilização das medidas restritivas impostas no combate à pandemia em todo o mundo. O desenvolvimento tempestivo de vacinas efetivas contra o vírus Sars-CoV-2 anima as expectativas de avanço adicional em 2021, em um cenário externo benigno para o Brasil, que deve crescer 3,6% neste ano após ver seu produto recuar cerca de 4,5% em 2020. Entretanto, a economia brasileira ainda terá desafios grandes neste novo ano: uma taxa de desemprego alta, em cenário de nova onda de infecções e fim dos auxílios governamentais, e um quadro fiscal complexo que torna urgente retomar a agenda de consolidação fiscal e reformas estruturais.

Mantivemos ao longo do ano, com bastante eficiência e sucesso, a maior parte de nossos funcionários no sistema de trabalho remoto, prezando assim pela segurança de todos. Para maior conforto, disponibilizamos cadeiras ergonômicas e monitores, para os que solicitaram. Apesar dos impactos mencionados acima, tivemos uma boa performance na captação de recurso, aumentando os ativos sob gestão e consequentemente a receita em relação ao ano anterior.

* * *
Aline Gomes– Controller
CRC RJ 087.989/0-9 "S"-BA.